



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0004252-41.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**  
 Documento de Origem: **OF, CF, IP-Flagr. - 641/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 1328/2016 - 4º Distrito Policial de São Carlos, 87/2016 - 4º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **ISMERIO APARECIDO BELARMINO RIBEIRO**

Aos 10 de outubro de 2016, às 15:00h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **ISMERIO APARECIDO BELARMINO RIBEIRO**, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Ismael Rodrigues Terra, as testemunhas de acusação Edson Vieira de Menezes e Alessandro Luciano Germano, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado pelo crime de furto qualificado com repouso noturno, uma vez que na ocasião quebrou o vidro da padaria e de lá subtraiu certa quantia em dinheiro. A ação penal é procedente. O réu confessou a prática do crime e a confissão está em harmonia com o depoimento da testemunha Edson Vieira. O crime foi praticado durante o repouso noturno e há também a qualificadora de rompimento de obstáculo. Trata-se de crime consumado, uma vez que o réu ingressou na posse da quantia em dinheiro. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. Como é primário, poderá receber somente pena de multa. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: O réu foi preso em flagrante na posse da res furtiva. Em juízo, após entrevista reservada com o Defensor Público optou em confessar o delito. Sendo assim, requer reconhecimento do privilégio, impondo a pena de multa isoladamente. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. ISMERIO APARECIDO BELARMINO RIBEIRO**, RG 21.701.342, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, parágrafos 1º e 4º, inciso I (primeira figura), ambos do Código Penal, porque no dia 22 de abril de 2016, por volta das 02h42min, na Rua Professor Paulo Monte Serrat, nº. 608, Vila Monteiro, nesta cidade e comarca, durante repouso noturno, subtraiu, para si, do interior da padaria “Nosso Pão”, mediante destruição de obstáculo, R\$ 56,30 em espécie. Consoante o apurado, o denunciado decidiu saquear patrimônio alheio. De conseguinte, aproveitando-se das condições propiciadas pelo repouso noturno, tratou de estourar a porta de vidro frontal que dava acesso ao estabelecimento vítima. Ato contínuo, adentrou o local e subtraiu do caixa a quantia de R\$ 56,30, partindo em fuga a seguir. E tanto isso é verdade, que o vigia noturno do bairro em tela, Edson Vieira de Menezes, escutou o sistema de alarme da padaria tocar, pelo que para lá se dirigiu imediatamente, oportunidade em que, ao se deparar com o denunciado a correr, partiu no seu encalço, logrando detê-lo a seguir na posse da quantia reportada. De resto, tem-se que a Polícia Militar foi acionada, ao que, ciente dos acontecimentos,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

deu voz de prisão em desfavor do denunciado. O réu foi preso em flagrante, sendo concedida liberdade provisória posteriormente (pg. 35). Recebida a denúncia (pg. 56), o réu foi citado (pgs. 88/89) e respondeu a acusação através do Defensor Público (pgs. 93/94). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima e duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu o reconhecimento do furto privilegiado. **É o relatório. DECIDO.** A autoria é certa e ficou bem comprovada nos autos. O réu foi surpreendido quando saía do estabelecimento vítima com o dinheiro subtraído do caixa. Foi detido por um segurança. Ao ser ouvido confessou a prática delituosa e sua confissão está confirmada na prova que foi colhida. A qualificadora do rompimento de obstáculo está demonstrada no laudo pericial de fls. 47/52. Também presente a majorante do repouso noturno, já que o crime foi cometido na madrugada, momento em que o patrimônio da vítima era mais vulnerável, em razão da menor vigilância. À época do fato o réu era primário e o bem furtado era de pequeno valor com ausência de prejuízo para a vítima. Possível o reconhecimento da figura do furto privilegiado previsto no parágrafo 2º do artigo 155 do Código Penal. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos formadores dos artigos 59 e 60 do Código Penal, em especial que o réu é tecnicamente primário, bem como as considerações já feitas, aplico-lhe apenas a sanção pecuniária e no teto mínimo, ou seja, de dez dias-multa, no valor mínimo. Acrescento 1/3 em razão da majorante do repouso noturno, tornando definitiva a pena em 13 dias-multa. **CONDENO**, pois, **ISMERIO APARECIDO BELARMINO RIBEIRO**, à **pena de treze (13) dias-multa**, por ter infringido o artigo 155, § 1º e 4º, inciso I, c.c. o seu § 2º, do Código Penal. Declaro a perda do objeto apreendido e encaminhado à fls. 71, destruindo-se o gorro (fls. 70). Deixo de responsabilizá-lo pela taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, \_\_\_\_\_, (Eliane Cristina Bertuga) escrevente técnico judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):